

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO

Estudo Técnico Preliminar 122/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08200.030113/2025-51

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação objetiva suprir a necessidade essencial e contínua da Polícia Federal (PF), por meio da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF), de dispor de serviços de locação de veículos, incluindo categorias especializadas como executivos blindados, camionetas blindadas (SUV), vans executivas, micro-ônibus e sedans. Tais serviços são cruciais para o desenvolvimento das atividades de segurança de dignitários e autoridades federais de alto escalão, garantindo sua integridade e a eficiência operacional em todo o território nacional. A demanda da DPP, criada recentemente pelo Decreto Federal nº 11.759/2023, está registrada Sistema PGC (DFD 142 /2025).

2.1.1. A natureza específica do serviço requer a adoção do regime de empreitada por preço unitário, dada a imprevisibilidade de locais e quantidades necessárias para as operações.

2.1.2. A criação da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP) da Polícia Federal, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023, foi uma resposta à crescente necessidade de fortalecer a segurança de altas autoridades nacionais e estrangeiras, incluindo o Presidente da República, Vice-Presidente, familiares do Presidente da República e do Vice-Presidente, ministros do governo, ministros do Supremo Tribunal Federal, dignitários estrangeiros e depoentes especiais, sendo a DPP responsável por executar e avaliar as atividades de proteção à pessoa, demandando um corpo de policiais altamente qualificados e especializados para lidar com situações de risco iminente em todas as regiões do país.

2.2. Em 2024 foi realizado o Pregão Eletrônico (SRP) Nº 90025/2024, conforme processo administrativo nº 08200.012053/2024-12, gerando as Atas de Registro de Preços 44/2025 e 45/2025 da CGAD/DLOG/PF, para contratação de objeto similar, porém foi levantada a necessidade de nova licitação para correção de falhas constadas na execução contratual.

2.2.1. Inadequação da Unidade de Medida e Empenho Parcial:

- Na licitação anterior, o objeto foi cadastrado no Sistema de Registro de Preços (SRP) de forma consolidada, definindo a locação de veículos por região como 1 (uma) unidade de serviço.
- Tal modelagem impôs a necessidade de emitir empenho de despesa pelo valor total estimado para cada item (ex: R\$ 13.015.106,74 para a Região Sudeste), impedindo o empenho parcial de recursos conforme a demanda real.
- A impossibilidade de empenho parcial resultou na necessidade de anulações parciais de empenho (como a anulação de R\$ 2.282.222,96 do Contrato nº 56/2025) para remanejamento de recursos.

2.2.2. Omisso quanto ao Ressarcimento expresso de Logística por Cegonhas:

- O Termo de Referência anterior não previa explicitamente o ressarcimento de custos com transporte de veículos por meio de caminhão-cegonha.
- Essa despesa, se mostrou necessária para o deslocamento de veículos em grandes eventos como a COP 30 (transporte de 221 veículos), foi justificada, por analogia, a despesas acessórias previstas, como "transporte por balsa, etc."

2.2.3. Sem previsão de contratação de locação com motorista:

- O Termo de Referência anterior não previa a prestação do serviço de locação com a opção de inclusão de motorista, durante as operações, mas apenas para descolamento dos veículos até o local da prestação dos serviços. Assim, além da locação da frota, a presente contratação visa suprir a necessidade de prestação de serviço de condução de veículos de grande porte (ônibus e micro-ônibus) e apoio logístico, mediante a disponibilização de motoristas habilitados na categoria D. Essa inclusão corrige omissões de Termos de Referência anteriores que não previam a opção de locação com motorista para demandas específicas.

2.3. Assim, a nova contratação é necessária para remodelar a estruturação dos itens de serviço, passando de uma unidade de serviço por região para uma unidade de medida granular (diárias de veículos), permitindo assim o empenho fracionado (parcial) e a correta gestão orçamentária. Além disso, é imprescindível a formalização e previsão legal e orçamentária para o ressarcimento de custos logísticos essenciais, como o transporte de veículos por cegonha. Ainda, serão acrescidos novos tipos de veículos, necessários à DPP, como ônibus e veículos chamados pelo mercado de locadoras como "veículos de categoria econômica", dentre outros.

2.4. Fundamentação Geral e Alinhamento Estratégico:

2.4.1. A presente contratação está alinhada às atribuições da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF), conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.759/2023, e integra o Plano de Contratações Anual de 2026 (PGC 2026). Trata-se de serviço comum contínuo, cuja execução se dará sob o regime de empreitada por preço unitário, em razão da variabilidade de locais, quantidades e prazos associados às operações de proteção de autoridades.

2.4.2. A locação de veículos é necessária para garantir atendimento imediato e padronizado às atividades operacionais da DPP em todo o território nacional, assegurando a disponibilidade de modelos adequados às necessidades de cada missão, como veículos executivos blindados, camionetas (SUV) blindadas, vans, micro-ônibus, ônibus e veículos de categoria econômica.

2.4.3. A nova modelagem da contratação foi estruturada com o objetivo de corrigir falhas identificadas no processo anterior, especialmente mediante a adoção de unidade de medida granular (diárias de veículos), o que possibilita empenho fracionado, maior precisão na execução orçamentária e melhor acompanhamento contratual. Também passa a constar expressamente a previsão de ressarcimento de custos logísticos essenciais, como o transporte de veículos por caminhão-cegonha, medida indispensável para redistribuições emergenciais e para atendimento a grandes eventos nacionais e internacionais.

2.4.4. Por fim, destaca-se a necessidade de dispor de uma frota diversificada e dimensionada para atender às múltiplas situações que envolvem a proteção de autoridades e dignitários. As demandas variam entre deslocamentos urbanos, operações em rodovias, áreas rurais, locais de difícil acesso e eventos que exigem maior capacidade de transporte. Dessa forma, a contratação contempla veículos de diferentes portes e características — de sedans compactos a SUVs 4x4, pick-ups e veículos especiais — assegurando a flexibilidade operacional necessária para o cumprimento das missões da DPP/PF. As imagens a seguir ilustram as categorias previstas para locação:





Foto 1: categorias de veículos para locação

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF)	CARLA MARIA DE OLIVEIRA COSTARDI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços a serem prestados são de natureza continuada, por demanda. Serão prestados em todas as 5 grandes regiões do país (27 Unidades Federativas), atendendo às agendas das diversas autoridades nacionais e estrangeiras sob a responsabilidade da Polícia Federal.

4.2 Constitui uma atividade material acessória do órgão, prestados por execução indireta, não se enquadrando em nenhuma das vedações previstas no art. 9º, da IN 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, norma que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

4.3 Dessa forma, considera-se como um serviço auxiliar necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições, sendo passível de terceirização e sua não concretização poderia comprometer a continuidade e a eficácia do trabalho desenvolvido pela PF na segurança de dignitários.



Do Preposto e dos representantes locais da contratada

4.4 A contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços. Deverá ainda, durante a execução contratual, indicar um representante constituído (preposto local) para o atendimento das missões de segurança de autoridades nas capitais ou no interior de cada Estado, que deverá atuar de forma exclusiva junto ao servidor da Polícia Federal incumbido da função de Coordenador de Transporte Terrestre no local da missão.

4.5 Ou seja, para cada local (capital ou interior) a empresa contratada indicará um representante local para dar suporte ao servidor da Polícia Federal encarregado da coordenação de transporte, passando para a Administração os dados de contato para possíveis intercorrências ou problemas envolvendo a locação dos veículos.

4.6 A exigência desse representante visa facilitar a comunicação com os responsáveis diretos, afastando a utilização de intermediários, o que agiliza a resolução de eventuais problemas. Ressalta-se que esse preposto não precisa ter vínculo de trabalho permanente com a empresa, mas precisa ter habilidade de comunicação e de resolução de problemas envolvendo a locação, por exemplo: providenciar trocas de veículos com problemas diversos, entregar os veículos locados nos locais previamente acordados, etc.

Do preço do combustível na planilha de custo e formação de preços

4.7 Considerando que o combustível constitui insumo variável e sujeito a flutuações frequentes de preço, bem como que sua cotação individual por licitante poderia gerar assimetria de propostas, distorções competitivas e dificuldade de aferição posterior, estabelece-se que o valor do combustível constante da Planilha de Custo e Formação de Preços será padronizado pela Administração, não sendo objeto de disputa ou alteração pelos licitantes.

4.8 Dessa forma, o licitante deverá manter, obrigatoriamente, o preço do combustível previamente indicado na planilha, o qual comporá o valor final da proposta, preservando-se a comparabilidade objetiva entre os concorrentes e assegurando-se que a competição recaia sobre os itens efetivamente passíveis de gestão e eficiência pela contratada.

4.9 Para fins de definição e atualização do valor de referência, serão utilizados os preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), observando-se a Região Geográfica em que o serviço será prestado, de modo a refletir a realidade regional do custo do insumo. Caso o levantamento da ANP não abranja o mês completo, poderá ser adotado o período proporcional já divulgado, desde que correspondente à mesma localidade do serviço.

4.10 O montante devido a título de combustível será apurado mediante critério objetivo, consistente em:

- (i) Valor efetivamente gasto dentro do preço médio da ANP (Região/UF);
- (ii) adição dos valores pertinentes aos tributos incidentes e retidos na prestação do serviço, tais como ISS e tributos federais, se for o caso.

4.11 A aferição do consumo será realizada com base em mecanismos de controle definidos no Edital/Termo de Referência, observando-se, inclusive, a tabela de referência de consumo médio por categoria de veículo, a qual constará em anexo ao instrumento convocatório, extraída de fichas técnicas dos fabricantes e/ou fontes especializadas, para fins de validação e detecção de inconsistências.

4.12 Ressalta-se, ainda, que os veículos deverão ser entregues com o tanque de combustível cheio, cabendo à fiscalização acompanhar e registrar, sempre que necessário, a condição do nível de combustível na entrega e na devolução, de modo a assegurar rastreabilidade e correção na apuração de valores.

4.13 Por fim, o faturamento do combustível será realizado de forma segregada, com critérios transparentes e verificáveis, assegurando padronização, controle e equilíbrio econômico-financeiro, ao mesmo tempo em que se evita que oscilações de mercado impactem a isonomia do certame.

4.14 No momento do envio dos valores a serem pagos a título de combustível, a Contratada deverá encaminhar toda a documentação fiscal probatória correspondente aos abastecimentos realizados, tais como notas fiscais, cupons fiscais, comprovantes/recibos de abastecimento, relatórios do sistema de gestão de frota (quando houver) e demais documentos que permitam a rastreabilidade, validação e conferência das quantidades efetivamente consumidas e dos valores faturados.

4.15 A apresentação da documentação fiscal comprobatória constitui condição para a aferição e autorização do pagamento pela fiscalização contratual, sem prejuízo da realização de diligências, auditorias e verificações adicionais pela Administração, quando necessário.

Da indicação do regime tributário da empresa

4.16 A empresa deverá informar, no momento da apresentação de sua proposta, o regime tributário a que está submetida. Serão adotadas as orientações a seguir:

- 1) Apresentação de percentual menor que o adequado – o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 2) Apresentação de percentual maior que o adequado – o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.17 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a informação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 meses, devendo a licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para fins do previsto já mencionado. Independentemente do percentual de tributo informado, no pagamento dos serviços serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Da apresentação dos veículos ao coordenador de transporte da Polícia Federal

4.18 Os veículos que comporão a cápsula de segurança das autoridades deverão ser apresentados ao coordenador de transporte da PF para que, em conjunto com os policiais envolvidos na segurança aproximada, verifique se as características dos veículos solicitados estão de acordo com as cláusulas contratuais, bem como sua compatibilidade com as condições de trafegabilidade das vias por onde irão transitar em comboio.

4.19 Caso os veículos não atendam às especificações estabelecidas, o coordenador de transporte da PF comunicará o representante local (preposto) da empresa contratada, para que sejam providenciadas as substituições ou os ajustes necessários, de forma célere e sem prejuízo à missão.

4.20 Os veículos permanecerão sob a responsabilidade da Equipe de Segurança de Dignitários envolvida. Quando houver necessidade de pernoite em hotel, os veículos locados pernoitarão no mesmo local ou em outro ponto indicado pela Coordenação de Segurança das Autoridades.

4.21 Além dos veículos destinados à formação da cápsula de segurança, a Polícia Federal poderá demandar a locação de veículos de maior capacidade para fins administrativos e logísticos, tais como ônibus, micro-ônibus e vans, utilizados no transporte de efetivos, equipes de coordenação e unidades precursoras. Para esses veículos, poderá ser exigida, ainda, a disponibilização de motoristas, conforme condições e localidades previstas no Termo de Referência.

Das cores dos veículos

4.22 A cor da pintura dos veículos será **preferencialmente preta**. Na impossibilidade, poderá ser cinza, além de outras cores sóbrias, desde que aprovadas previamente pelo coordenador de transporte terrestre da PF.

4.23 Para os veículos que integrarão a cápsula de segurança de dignitários, as cores preferencialmente serão padronizadas (unidade de cor).

4.24 Poderão ser instalados ainda equipamentos portáteis de luz e som, a fim de sinalizar que se trata de veículos policiais e gozam de prerrogativas no trânsito, de acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Esses equipamentos serão adquiridos e instalados pela própria contratante e não alterarão ou trarão danos ao veículo locado, sendo desinstalados logo do término da missão.



Foto 2: Cor preferencial para os veículos

Das despesas a serem ressarcidas

4.25 Serão objeto de pagamento por parte da Administração as seguintes despesas:

- a) com as diárias do veículos nos casos de deslocamentos (balsa, cegonha, etc.);**
- b) com o combustível consumido;**
- c) as diárias eventuais de motoristas;**
- d) outras despesas secundárias (taxas de pedágio, transporte por balsa, cegonha, infrações de trânsito, etc.);**
- e) locação de cegonha para transporte dos veículos locados, conforme regras a serem estabelecidas no TR; e**
- f) Por danos e avarias provocados exclusivamente por culpa da Administração;**

4.26 As despesas só serão pagas mediante apresentação pela contratada dos comprovantes oficiais, através de documento fiscal emitido pelo prestador de serviços.

4.27 Nas apresentações de veículos realizadas no interior dos Estados da região contratada, serão objeto de pagamento as despesas com deslocamento de ida e volta apenas daqueles veículos que, mediante comprovada justificativa, não estão disponíveis no local do evento.

4.28 Também serão ressarcidas, quando for o caso e mediante autorização prévia da Contratante, as diárias dos motoristas necessárias para o deslocamento dos veículos de uma cidade para outra, quando ficar evidenciado que não há disponibilidade de veículos no local de atuação da equipe de segurança ou outra equipe da PF envolvida.

4.29 Destaca-se ainda que as regiões metropolitanas anexas às capitais dos Estados não serão consideradas como municípios interioranos.



Foto 3: despesas passíveis de ressarcimento

4.30 Serão utilizadas como parâmetros para a quantificação das distâncias e do tempo de deslocamento, as informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e/ou órgãos estaduais congêneres, assim como

do serviço Google Maps, disponível em <https://www.google.com.br/maps>. Para estipulação do tempo de deslocamento rodoviário, sempre será considerada a rota mais rápida indicada pelas fontes acima mencionadas.

4.31 As despesas com transporte fluvial também serão objeto de pagamento. No caso dos transportes fluviais de veículos, situação bastante comum na Região Norte, o pagamento se dará com base na nota fiscal emitida pelo prestador do serviço e entregue pela Contratada à Administração, estando sujeito à consulta para verificação.

4.32 Ainda quando se tratar de missão que exija o transporte de veículos por via fluvial, será devido à empresa o valor correspondente ao transporte de ida e volta, desde que os veículos tenham sido embarcados para ida, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela transportadora, independentemente de ocorrer o cancelamento da solicitação de veículos. Além do ressarcimento de que trata o presente parágrafo, será devido à empresa o valor das diárias de veículos correspondentes às quantidades de dias em que os veículos estiverem embarcados para o transporte fluvial, tanto na ida quanto na volta.

4.33 Os valores a serem considerados para o pagamento das diárias de cada veículo serão os valores previstos na Planilha de Custo e Formação de Preços anexo ao Termo de Referência.

4.34 Para o deslocamento de veículos por via fluvial, ele só ocorrerá mediante prévia autorização do Coordenador de Transporte da Polícia Federal responsável pela missão, servidor lotado na Diretoria de Proteção à Pessoa da PF.

Da vedação de alguns tipos de veículos

4.35 É **vedada** a utilização de veículos com as seguintes características:

- a. **Com engate de reboque;**
- b. **Do tipo esportivo;**
- c. **Taxi; e**
- d. **Com inscrições a título de propaganda ou identificação de qualquer natureza (exceto as vans e micro-ônibus quanto às identificações exigidas por agências reguladoras).**

4.36 A vedação ao fornecimento de veículos com tais características decorre de razões operacionais, de segurança e de padronização institucional. Veículos esportivos e com engate de reboque possuem características estruturais que não se adequam à formação de comboios de segurança, podendo comprometer manobras, estabilidade, discríção e padronização visual da cápsula de proteção. A utilização de táxis é incompatível com a natureza do serviço, por envolver identificação pública e uso compartilhado anterior, o que não atende aos requisitos de controle, rastreabilidade e segurança. Da mesma forma, a presença de propagandas ou marcas externas compromete a discríção, a uniformidade da frota e pode expor a operação, contrariando os protocolos de proteção de autoridades. A exceção para vans e micro-ônibus restringe-se apenas às identificações obrigatórias previstas na legislação de trânsito e normas regulatórias. Trata-se, portanto, de medida técnica, proporcional e diretamente relacionada à finalidade do serviço.



Foto 4: tipos de veículos que não poderão ser locados

Da disponibilização de veículos com capacidade superior à demandada:

4.37 Na hipótese de a licitante vencedora disponibilizar um veículo de capacidade e/ou valor de diária superior ao que foi solicitado, é facultado ao Coordenador de Transporte da missão aceitar ou não a substituição do veículo e, neste caso, **será pago o valor de diária correspondente ao veículo que fora solicitado.**

Das frações de horas

4.38 Para as frações de hora de até, e inclusive, 30 (trinta) minutos, será considerada a hora de referência, e, acima disso, passar-se-á para a hora seguinte (exemplo: até 13h20min – será computado 13h; após 13h31min – será computado 14h).

4.39 Nos casos de utilização de veículos do tipo ônibus rodoviário ou micro-ônibus para transporte de pessoal da capital para o interior, em que o itinerário percorrido ultrapasse 500 km ou 08 horas de trabalho, a Administração apresentará no mínimo 2 (dois) motoristas, que trabalharão em sistema de revezamento, conforme estabelecido no CTB e nas resoluções do CONTRAN.

Da estrutura operacional da empresa

4.40 A estrutura operacional da empresa deverá oferecer condições de pronto atendimento na execução dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais pré-estabelecidos pelo Coordenador de Transporte da Polícia Federal, nas quantidades solicitadas, independentemente do local de onde tenha que trazê-los ou para o local onde tenha que leva-los dentro da Região contratada.

4.41 A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, **declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de até 12 (doze) horas, os veículos da tabela anexa, no caso de evento realizado na capital do Estado ou região metropolitana**, nos locais indicados pela Contratante. Apresentar também, juntamente com a proposta, **declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, os veículos da tabela anexa, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital do Estado e fora da região metropolitana**, nos locais indicados pela Contratante.

4.42 A empresa poderá subcontratar empresas locais ou próximas aos locais do evento para atender às necessidades da Administração, se responsabilizando integralmente pela prestação dos serviços, inclusive sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento contratual.

4.43 Por ocasião da comprovação da capacidade técnica-operacional da empresa, a adjudicatária deverá apresentar comprovação realização de serviço anterior, conforme as especificações dos veículos que constam em anexo ao Termo de Referência, nos quantitativos mínimos abaixo relacionados. A propriedade deverá ser mantida enquanto perdurar o contrato.

Nº Ordem	Categoria	Quantidade de veículos	Características dos atestados
1	Fornecimento de veículos blindados (executivos, SUVs, caminhonetes, camionetas ou de luxo)	mínimo de 75 unidades (5% da quantidade de blindados previstos para Região com menor demanda)	Poderá somar atestados
2	Fornecimento de veículos executivo, sedans, caminhonetes, camionetas, Hatch, vans, micro-ônibus ou ônibus.	mínimo de 119 veículos (2% da quantidade prevista de todas as demais categorias para Região com menor demanda)	Poderá somar atestados
3	Fornecimento de veículos (blindados ou não) simultâneos em um mesmo evento, local ou cidade	mínimo de 40 veículos fornecidos.	Atestado único (Considerando que a necessidade visa atender também o apoio logístico em eventos nacionais e internacionais, a exemplo da Copa do Mundo, Conferências internacionais, haverá a necessidade de fornecimento de grande quantidade de veículos de maneira simultânea. Poderá ser aproveitado atestado para comprovar os itens anteriores.
4	Experiência mínima de atuação no mercado de locação de veículos	2 anos	A exigência de 2 (dois) anos de experiência é vital para garantir a eficiência e segurança dos serviços. Dada a natureza estratégica desses serviços, é crucial que a empresa contratada demonstre um histórico sólido de fornecimento de veículos confiáveis e adequados. Essa exigência reduz o risco de contratação de empresas pouco qualificadas e garante a continuidade e qualidade do serviço prestado à Polícia Federal.

4.44 A exigência de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnico-operacional encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133 /2021 e visa garantir que o licitante detenha efetiva experiência prévia na execução de serviços com grau de complexidade logística e operacional compatível com o objeto licitado. Trata-se de contratação de grande vulto, com atuação em todo o território nacional, frequentemente em situações emergenciais, com deslocamentos simultâneos e eventos de segurança institucional envolvendo autoridades nacionais e estrangeiras. Nesse contexto, a demonstração da experiência anterior com fornecimento de frota em volume mínimo significativo é essencial para assegurar que a futura contratada possua estrutura operacional e logística compatível com as exigências contratuais. A fixação de quantitativos mínimos atende ao limite de até 50% da parcela mais relevante, conforme pacífico entendimento do Tribunal de Contas da União (Decisão TCU nº 878/2021 - Plenário), mantendo-se a proporcionalidade e a competitividade do certame.

4.45 Considerando o risco de contratação de fornecedores inaptos a executar satisfatoriamente os serviços, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências durante a fase de seleção das propostas, nos termos do art. 59, §2º, c/c art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Essas diligências visam verificar, de forma concreta, a capacidade do licitante e a veracidade das informações apresentadas, abrangendo os seguintes aspectos:

- a) Estrutura Administrativa – Análise da capacidade gerencial e organizacional da empresa, com verificação da existência de equipe técnica qualificada, estrutura de atendimento e canais eficazes para suporte à fiscalização contratual e resolução de intercorrências;
- b) Infraestrutura Operacional – Avaliação da estrutura física e logística disponível, incluindo escritórios, centros operacionais, garagens e rede de fornecedores e parceiros locais aptos a atender às demandas nas 27 Unidades da Federação;
- c) Capacidade Financeira – Análise da robustez financeira do licitante, com vistas a garantir a sua capacidade de manter a operação contratual em larga escala, incluindo o custeio com pessoal, manutenção da frota, impostos e encargos correlatos;
- d) Experiência no Setor – Verificação da atuação anterior da empresa em contratos de escopo semelhante, com especial atenção à execução simultânea em múltiplos estados, histórico de cumprimento contratual e referências de desempenho emitidas por entes públicos ou privados.

4.46 A adoção dessas medidas visa mitigar riscos contratuais, assegurar o interesse público e conferir maior segurança jurídica à contratação.

4.47 Ao estabelecer essas exigências, é importante manter um equilíbrio entre garantir a capacidade técnica e financeira da empresa contratada e não criar barreiras desnecessárias à participação de potenciais concorrentes, promovendo assim a competição justa e a obtenção da melhor proposta para a administração pública.

4.48 A licitante vencedora deverá apresentar, ainda, declaração de que tem condições de sublocar e disponibilizar os veículos das demais categorias, além das indicadas na tabela acima, no local indicado pela contratante, seja na capital ou no interior, nas mesmas especificações que constam de anexo ao Termo de Referência.

Da possibilidade de subcontratação

4.49 A subcontratação do objeto licitado se mostra necessária e viável devido à natureza e abrangência do contrato, o qual envolve a prestação de serviços para a segurança de autoridades de alto escalão em nível nacional. A imprevisibilidade das agendas dessas autoridades, que frequentemente abrange todo o território nacional, nas capitais e interiores, exige uma solução flexível. Exigir que a empresa contratada tenha infraestrutura própria em todas as localidades seria economicamente e logisticamente inviável.

4.50 Exemplo Prático: Em um cenário onde a empresa vencedora da licitação está sediada em Recife-PE e precisa mobilizar recursos para atender a uma urgência no interior do Ceará em menos de doze horas, seria impossível deslocar veículos como caminhonetes blindadas 4x4 e executivos de forma eficiente. A subcontratação permite que esses recursos sejam acessados localmente, reduzindo custos e garantindo a agilidade necessária.

4.51 Vantagens da Subcontratação:

1. Custo-efetividade: Evita gastos elevados com deslocamentos e manutenções de veículos em regiões distantes.
2. Flexibilidade: Garante que a empresa atenda às demandas imprevisíveis de maneira eficiente e rápida.
3. Viabilidade econômica e logística: A sublocação de veículos em municípios fora do alcance da empresa contratada torna a execução do contrato exequível e competitiva.

4.52 Fundamentação Legal: A Lei nº 14.133/2021 não estipula um limite máximo para subcontratação, mas exige que os Estudos Técnicos Preliminares justifiquem a necessidade e a extensão da subcontratação. O Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o Acórdão 6189/2019, permite subcontratações parciais, desde que autorizadas e justificadas nos processos licitatórios, vedando a subcontratação integral.

4.53 Importa esclarecer que não se trata de subcontratação integral do objeto, o que é vedado, mas de subcontratação parcial e acessória, restrita ao fornecimento pontual de veículos em localidades específicas onde a contratada não disponha de frota própria, em razão da natureza itinerante, imprevisível e nacional da demanda. A responsabilidade pela execução do contrato permanecerá integralmente com a empresa contratada, que responderá pela qualidade, disponibilidade, regularidade documental, condições técnicas dos veículos e cumprimento dos prazos. A gestão operacional, a interlocução com a Polícia Federal, a coordenação dos serviços, a comunicação durante as missões e o controle da execução contratual serão realizados exclusivamente pela contratada ou por preposto formalmente designado, não se estabelecendo qualquer vínculo direto entre a Administração e eventuais subcontratados. Tal modelagem preserva a governança do contrato, assegura a responsabilização única e mantém a subcontratação como instrumento de apoio logístico, e não como transferência da obrigação principal.

Dos Requisitos dos veículos



Foto 5: ilustração dos requisitos dos veículos

4.54 Os veículos devem possuir, no máximo, 5 (cinco) anos de fabricação ou até 100.000 quilômetros rodados. Neste caso, será observado o que ocorrer primeiro, exceto para os veículos mencionados abaixo:

- a) Vans;
- b) Micro-ônibus;
- c) Ônibus.

4.55 No caso dos veículos blindados, além da observância da idade máxima e da quilometragem permitidas, será exigida, como comprovação da blindagem, a apresentação do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) ou do Termo de Responsabilidade de Blindagem expedido pela empresa blindadora, conforme preconiza a Portaria nº 94 – COLOG, de 16 de agosto de 2019.

4.56 Os veículos terão prévia avaliação e aprovação do Coordenador de Transporte da Polícia Federal destacado no local. A contratada deverá providenciar a imediata substituição dos veículos que apresentarem defeito, que estiverem fora das especificações exigidas ou que não tenham sido aprovados em avaliação prévia do Coordenador de Transporte, que estejam em mau estado de conservação e em caso de furto, roubo ou sinistro.

4.57 A contratada se responsabilizará totalmente quanto aos veículos sublocados, inclusive no que tange ao seguro dos mesmos.

4.58 No caso de, durante a execução contratual, a empresa não tiver condições de apresentar algum tipo de veículo, a mesma deverá apresentar as justificativas com as informações que não permitiram a respectiva locação, com a máxima antecedência possível, e providenciar as medidas necessárias para a solução do problema.

Central de Atendimento

4.59 A contratada deverá possuir uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas para atender exclusivamente à Polícia Federal. Tal exigência justifica-se pelos motivos elencados abaixo:



Foto 6: Central de Atendimento

- **Necessidade de Disponibilidade:** As operações da Polícia Federal muitas vezes ocorrem em horários não convencionais, incluindo fins de semana, feriados e durante a noite. Portanto, é essencial que a contratada esteja disponível em tempo integral para atender às demandas da PF, garantindo uma resposta rápida e eficiente a qualquer momento.
- **Urgência das Demandas:** Emergências e situações críticas podem surgir a qualquer momento, exigindo uma resposta imediata por parte da contratada. Ter uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas dedicados à PF permite que as autoridades entrem em contato rapidamente para solicitar assistência ou resolver problemas operacionais.
- **Segurança e Proteção:** A segurança das autoridades e a eficácia das operações da PF dependem da capacidade de resposta rápida em situações de emergência. Uma linha direta disponível 24 horas garante que qualquer problema ou necessidade possa ser comunicado prontamente à contratada, contribuindo para a segurança e proteção de todos os envolvidos.

- Cumprimento de Missões: A PF opera em um ambiente dinâmico e imprevisível, onde as missões podem surgir repentinamente e exigir recursos adicionais. Uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas garantem que a contratada esteja preparada para fornecer os serviços necessários, independentemente do horário ou da localização das operações.

4.60 Portanto, a exigência de uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas para atender exclusivamente à Polícia Federal é fundamentada na necessidade de garantir a disponibilidade, a segurança e a eficiência das operações da PF, sem restringir excessivamente a competitividade no processo de contratação.

Carga-horária da locação dos veículos

4.61 Os veículos serão locados de acordo com o discriminado abaixo:

- a. Diárias de uso consecutivo até 6 dias:
 - I – Diária de 24 horas;
 - II - Diária de 10 horas;
- b. Diárias de uso consecutivo entre 07 e 14 dias;
- c. Diárias de uso consecutivo entre 15 e 29 dias;
- d. Diárias de uso consecutivo igual ou superior a 30 dias; e
- e. Horas-extras, quando for o caso.

4.62 O valor da diária de 10 horas não poderá ultrapassar o limite máximo de 80% do valor da diária de 24 horas. O valor da hora-extra do veículo não poderá ultrapassar a 20% da diária correspondente. Essa sistemática de locação de veículos justifica-se pelos motivos a seguir:

- Redução de Custos: A divisão das diárias de utilização dos veículos em diferentes faixas de tempo, como diárias de 24 horas, diárias de 10 horas e horas-extras, busca otimizar os custos para a Administração. Essa metodologia permite um pagamento mais justo e proporcional ao tempo efetivo de utilização dos veículos, evitando gastos desnecessários com períodos ociosos.
- Flexibilidade e Economia: Ao oferecer diferentes opções de diárias, a sistemática permite que a Administração escolha a melhor modalidade de acordo com as especificidades de cada missão. Por exemplo, operações de curta duração podem se beneficiar das diárias de 10 horas, enquanto deslocamentos mais longos podem exigir diárias de 24 horas. Isso proporciona flexibilidade e economia na gestão dos recursos.
- Pagamento Proporcional ao Uso: A metodologia de diárias de utilização dos veículos garante um pagamento proporcional ao tempo efetivamente utilizado, alinhado com as necessidades específicas de cada operação da Polícia Federal. Dessa forma, a Administração paga apenas pelo período em que os veículos estão em uso, evitando desperdícios e garantindo uma alocação eficiente dos recursos públicos.
- Controle de Custos: A divisão das diárias em diferentes faixas de tempo, com limites estabelecidos para o valor das diárias de 10 horas e horas-extras, permite um controle mais rigoroso dos custos. Esses limites garantem que os pagamentos permaneçam dentro de parâmetros razoáveis, evitando excessos e assegurando uma gestão financeira responsável.

4.63 Portanto, essa sistemática de pagamento pela utilização dos veículos é justificada pela sua capacidade de reduzir custos, oferecer flexibilidade e economia, garantir uma contraprestação proporcional ao uso efetivo dos veículos e proporcionar um controle eficaz dos gastos da Administração.

Do cancelamento do pedido de veículos

4.64 Caso haja cancelamento da solicitação de veículos e não seja feita a comunicação à empresa contratada **com pelo menos 4 horas de antecedência** da apresentação na capital do Estado ou região metropolitana, **e de 6 horas nos municípios distantes da capital do Estado e fora da Região Metropolitana**, será devido à mesma, a título de “no show”, valor que não poderá ultrapassar o limite máximo de 70% do valor da diária de 10 horas. Quando a comunicação for efetuada tempestivamente nos prazos acima mencionados, a contratante estará isenta de qualquer ônus. Cabe esclarecer que esse pagamento é necessário em virtude dos custos decorrentes da mobilização dos recursos por parte da CONTRATADA. Como o planejamento das locações baseia-se na agenda das autoridades, está passível de ser alterada de última hora.

Condições dos Veículos

4.65 Será de responsabilidade da contratada:

- a) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos;
- c) dispor de veículos em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, conforme legislações de trânsito e ambiental;

d) apresentar veículos limpos e em total condição de trafegabilidade; e

e) apresentar veículos automotores blindados de acordo com as normas técnicas, limites de ruídos e emissão de poluentes, preferencialmente utilizando combustíveis renováveis.



Foto 7: exemplos de serviços de responsabilidade da contratada

Infrações de Trânsito



4.66 A contratada deverá enviar à PF, em até 2 (dois) dias úteis, a notificação de infração, a contar do recebimento da notificação pelo órgão de trânsito responsável pela autuação.

4.67 Será de responsabilidade integral da contratada o pagamento de multas e despesas decorrentes de infrações não notificadas à PF no prazo anteriormente mencionado;

4.68 No caso da verificação por parte da PF que à infração se deu durante a execução dos serviços e, após a manifestação do condutor ou da interposição de recurso, se for o caso, o valor da multa será reembolsado à contratada.

Fornecimento de mão de obra do tipo motorista

4.69 Além da locação dos veículos, será prevista a possibilidade de contratação de motoristas para atendimento a necessidades operacionais da Polícia Federal. Tais motoristas poderão ser utilizados para a condução de veículos de natureza administrativa, logística ou de apoio operacional, não integrantes da cápsula principal de segurança das autoridades protegidas, como vans, micro-ônibus, ônibus ou sedans destinados às equipes de coordenação, apoio logístico ou transporte de efetivo.

Adicionalmente, a contratada será ressarcida pela disponibilização de motoristas utilizados no deslocamento dos veículos entre diferentes localidades, quando for demonstrado que não há disponibilidade de veículos na localidade de destino e tal deslocamento for autorizado previamente pela Contratante.

O pagamento dos motoristas será realizado de forma proporcional à utilização, mediante autorização expressa da Polícia Federal, e condicionado à comprovação documental do serviço prestado, conforme estipulado nas cláusulas contratuais.

A possibilidade de contratar motoristas visa, essencialmente, suprir a necessidade de prestação de serviço de condução de veículos de grande porte (ônibus e micro-ônibus) e apoio logístico, mediante a disponibilização de motoristas habilitados na categoria D. Essa inclusão corrige omissões de Termos de Referência anteriores que não previam a opção de locação com motorista para demandas específicas.

Para tanto, estabelecemos aqui a distinção operacional entre os condutores:

- **Motoristas da Cápsula Policial:** Os veículos que integram a cápsula de segurança de dignitários e o comboio tático serão conduzidos exclusivamente por Policiais Federais devidamente habilitados e especializados em proteção aproximada, responsáveis pela custódia direta das autoridades e manobras de segurança.
- **Motoristas de Apoio (Terceirizados):** Os profissionais disponibilizados pela contratada atuarão no suporte logístico e transporte coletivo. Suas atribuições restringem-se à condução de veículos de pequeno, médio e de grande porte (como ônibus e micro-ônibus) para transporte de pessoal e ao deslocamento de veículos (entregas e coletas) entre diferentes municípios ou estados, sem envolvimento nas atividades de proteção ativa da cápsula de segurança.
- **CBO (Classificação Brasileira de Ocupações):** 7825-15 – Motorista de veículos de carga em geral / automóveis.
- **Descrição Sumária de Atividades:** Realizar o transporte, coleta e entrega de cargas e veículos; conduzir veículos comuns, de pequeno e médio porte e também aqueles utilizados no transporte de passageiros (ônibus e micro-ônibus) cuja lotação exceda 09 lugares; definir rotas por meio de softwares de mapas; e assegurar a regularidade do transporte conforme normas técnicas e de segurança.
- **Atividades Específicas:** Realizar inspeções prévias (níveis de combustível, lubrificantes, freios e itens obrigatórios); zelar pela guarda, higiene e conservação do veículo; e realizar deslocamentos rodoviários entre capitais e interiores conforme demanda da Administração

Jornada

O motorista poderá ser contratado nos casos de demandas específicas, por diárias de motorista para cobrir despesas de hospedagem e alimentação em localidades distantes. Demandas isoladas também poderão ser pagas por ressarcimento e no caso de dedicação exclusiva, o pagamento será mensal.

Exigências:

Qualificação Técnica do Motorista:

- **Habilitação:** Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria D, que permite conduzir veículos com lotação superior a 09 lugares, como ônibus e micro-ônibus.
- **Experiência e Idade:** É recomendável exigir idade mínima de 21 anos e experiência comprovada de, no mínimo, 01 ano em funções similares.
- **Escolaridade:** Ensino Médio Completo.
- **Atribuições Principais:**
 - Conduzir além dos veículos comuns, ônibus, micro-ônibus e vans para transporte de pessoal da capital para o interior ou em missões específicas.
 - Realizar inspeções prévias no veículo (níveis de combustível, lubrificantes, freios e itens de segurança).
 - Manter o veículo em boas condições de higiene e zelar pela guarda e conservação.
 - Utilizar softwares de mapas para definição de rotas e assegurar a regularidade do transporte

5. Especificação dos veículos

5.1 Especificações dos veículos

5.1. Executivo Blindado: Sedan, quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.700 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex), dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB – Código de Trânsito Brasileiro, com blindagem nível III-A, comprovada pela apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) ou do Termo de Responsabilidade de Blindagem expedido pela empresa blindadora, conforme preconiza a Portaria nº 94 – COLOG/EB/MD de 16 de agosto de 2019.



5. 2. Camioneta Blindada 4x4 (SUV): Quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.710 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, tração 4x4, potência mínima de 172 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex) ou diesel, dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB – Código de Trânsito Brasileiro, com blindagem nível III-A, comprovada pela apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) ou do Termo de Responsabilidade de Blindagem expedido pela empresa blindadora, conforme preconiza a Portaria nº 94 – COLOG/EB/MD de 16 de agosto de 2019.



5. 3. Camioneta 4X4 (SUV): Quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.710 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, tração 4x4, potência mínima de 172 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex) ou diesel, dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB – Código de Trânsito Brasileiro.



5. 4. Camioneta 4X2 (SUV): Quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.710 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, tração 4x2, potência mínima de 172 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex) ou diesel, dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB – Código de Trânsito Brasileiro.



5. 5. Caminhonete 4X4: Quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.982 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, capota marítima, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, tração 4x4, potência mínima de 163 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex) ou diesel, dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB– Código de Trânsito Brasileiro.



5. 6. Caminhonete 4X2: Quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.982 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, capota marítima, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, tração 4x2, potência mínima de 163 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex) ou diesel, dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB– Código de Trânsito Brasileiro.



5. 7. Executivo: Sedan, quatro portas, distância entre eixos mínima de 2.760 mm, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preta ou prata ou branca ou cinza, nacional ou importado, potência mínima de 172 CV, movido a gasolina ou bicomcombustível (flex), dotado de película protetora solar nos vidros laterais e traseiro de acordo com o CTB – Código de Trânsito Brasileiro.



5. 8. Sedan: Sedan, quatro portas, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, potência mínima de 75 CV, movido a gasolina, álcool ou bicomcombustível (flex).



5. 9. Van Executiva: Com ar-condicionado, poltronas individuais, encosto alto e capacidade mínima para 14 (quatorze), excluído o motorista, movida a diesel.



5. 10. Micro-ônibus: Com ar-condicionado, com capacidade mínima para 25 (vinte e cinco) passageiros, movido a diesel.



5. 11. Veículo de categoria econômica (manual e automático): Veículo tipo hatch, quatro portas, motorização preferencial de 1.4 (mínimo de 80 CV), movido a gasolina ou bicomcombustível (flex). Itens Obrigatórios: Ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, air bag frontal, sistema de freios ABS e dotado de película protetora solar de acordo com o CTB. Preferencialmente na cor preta, podendo ser cinza ou outras cores sóbrias aprovadas pelo coordenador de transporte.

- Transmissão: Serão necessários itens distintos para contemplar as duas versões:
 - Subitem 11.1: Câmbio manual de no mínimo 5 marchas.
 - Subitem 11.2: Câmbio automático ou automatizado.



5. 12. Ônibus Rodoviário (Grande Porte): Com ar-condicionado central, poltronas individuais reclináveis (tipo soft), toalete a bordo, iluminação interna de leitura e porta-pacotes interno., destinado ao transporte coletivo de pessoal em missões de apoio logístico, especialmente em deslocamentos de longa distância entre capitais e o interior. Capacidade Mínima para 40 a 50 passageiros sentados, além do motorista. Veículo tipo ônibus rodoviário, motorização com potência adequada à capacidade de carga, movido a diesel, equipado com tacógrafo devidamente aferido. O veículo deve possuir identificações exigidas por agências reguladoras (como ANTT) e estar em perfeitas condições de conservação e segurança. para os ônibus, não se aplica o limite de 100.000 km rodados, devendo a fiscalização focar no estado de conservação e manutenção preventiva conforme o plano do fabricante.

• **Observação:** Para itinerários que ultrapassem 500 km ou 8 horas de direção, a contratada deve prever a operação com no mínimo 2 (dois) motoristas para revezamento



6. Descrição da solução como um todo

Da descrição da Solução

6.1 A solução proposta compreende a contratação de serviços de locação de veículos para atender às necessidades operacionais da Polícia Federal (PF). Esses serviços incluem uma ampla gama de atividades, visando garantir a disponibilidade e o funcionamento adequado dos veículos locados. Dentre os principais aspectos da solução, destacam-se:

a) **Prestação de Serviços Abrangente:** A contratada será responsável pela prestação de serviços completos, incluindo manutenção preventiva e corretiva, lavagem automotiva, seguro, taxas e impostos relacionados à locação dos veículos. Isso assegura que a PF tenha acesso a veículos em condições ideais de utilização e segurança.

b) **Flexibilidade na Quantidade de Diárias:** A quantidade de diárias indicada na Planilha de Custo e Formação de Preços possui natureza estimativa, tendo sido dimensionada com base em histórico de consumo da unidade, análise de contratos anteriores, previsão de eventos institucionais futuros, bem como projeções de demanda operacional compatíveis com o perfil de atuação da Polícia Federal. Todavia, por se tratar de serviço diretamente vinculado ao apoio às atividades operacionais e de proteção de autoridades, cuja dinâmica é marcada por fatores supervenientes e imprevisíveis — notadamente alterações de agenda, deslocamentos emergenciais, operações extraordinárias e eventos de segurança institucional — a demanda real pode variar ao longo da execução contratual. Assim, admite-se a variação das quantidades inicialmente estimadas, para mais ou para menos, conforme a necessidade efetiva do serviço, de modo a assegurar a continuidade do atendimento às demandas institucionais, sem comprometer a eficiência da contratação. Essa flexibilidade não caracteriza alteração do objeto, mas sim adequação operacional

inerente à natureza do serviço. Ressalta-se, entretanto, que eventual ampliação da utilização das diárias deverá observar o limite do valor global licitado e contratado, bem como as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro e a regularidade da execução.

c) Veículos em Condições Ideais: Os veículos disponibilizados pela contratada devem atender a rigorosos padrões de qualidade e segurança, estando em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, conforme exigido pelas legislações de trânsito e ambiental.

d) Manutenção e Conservação Adequadas: A contratada assume a responsabilidade pela limpeza, conservação e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguindo o plano de manutenção do fabricante e os princípios de sustentabilidade. Isso garante que os veículos estejam sempre em condições ideais de funcionamento e prolonga sua vida útil.

6.2 Em resumo, a solução proposta visa garantir à PF o acesso a uma frota de veículos confiável e bem mantida, capaz de atender às suas necessidades operacionais de forma eficiente e segura. Ao terceirizar os serviços de locação de veículos, a PF poderá concentrar seus esforços e recursos em suas atividades principais, enquanto conta com um parceiro especializado para fornecer e manter sua frota de veículos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades estimadas de diárias para cada categoria de veículo serão detalhadas na Planilha de Custo e Formação de Preços, contemplando todos os custos associados à execução do objeto, incluindo diárias de veículos, eventuais horas extras, despesas com combustível, diárias de motoristas para deslocamento, transporte por balsa ou caminhão-cegonha e demais despesas acessórias previstas.

7.2 Para a definição dessas quantidades, foram consideradas múltiplas variáveis, de modo a assegurar uma estimativa realista, flexível e compatível com a natureza imprevisível das atividades de proteção de autoridades desempenhadas pela Polícia Federal, especialmente no âmbito da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF). Dentre essas variáveis, destacam-se:

a) Histórico institucional e capacidade operacional acumulada

Embora a Diretoria de Proteção à Pessoa tenha sido formalmente criada no final de 2023, as atividades de segurança de dignitários e autoridades nacionais e estrangeiras já vinham sendo executadas por estruturas precursoras da Polícia Federal, detentoras de histórico operacional relevante. Ademais, as equipes atualmente responsáveis pela segurança presidencial e pela proteção de dignitários estrangeiros mantêm continuidade operacional desde janeiro de 2023, permitindo a utilização de parâmetros consolidados para o planejamento logístico e o dimensionamento de recursos.

b) Grandes eventos nacionais e internacionais previstos para os próximos anos

A estimativa leva em consideração eventos de grande porte com impacto direto na necessidade de ampliação da frota e intensificação das operações de segurança, tais como:

- Eleições Gerais no Brasil – 2026, com ampla movimentação de autoridades em todo o território nacional;
- Copa do Mundo Feminina da FIFA – 2027, a ser realizada no Brasil, com alta presença internacional;
- Jogos Pan-Americanos – 2027, no Peru, e os Jogos Mundiais das Olimpíadas Especiais – 2027, no Chile, que usualmente demandam apoio da Polícia Federal em atividades diplomáticas e de segurança internacional.

7.3 Esses eventos, somados a visitas oficiais, agendas presidenciais, missões diplomáticas e compromissos ministeriais, exigem planejamento prévio e disponibilidade imediata de frota para operações simultâneas em distintas regiões do país.

c) Projeção de autoridades beneficiadas

A estimativa contempla a projeção de autoridades sob responsabilidade da PF, como Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros do STF, presidentes de bancos públicos, e dignitários estrangeiros em visita ao país. A frequência, simultaneidade e dispersão geográfica dessas agendas impactam diretamente a tipologia e a quantidade de veículos a serem disponibilizados.

d) Memória de cálculo técnica detalhada

A DPP elaborou memória de cálculo específica, anexa a este processo, na qual são sistematizados os critérios, parâmetros e fórmulas utilizados na estimativa. Para cada categoria de veículo, consideraram-se fatores como número médio de eventos por ano, veículos por evento, duração média das missões, e uso simultâneo em diferentes localidades.

7.4 As diárias de 10 horas, horas adicionais e faixas horárias reduzidas foram estimadas com base em percentuais realistas sobre o total de diárias integrais. As despesas com pedágio, estacionamento, reboques e transporte fluvial foram calculadas conforme valores médios do mercado, tomando como referência a complexidade logística das Regiões Norte e Centro-Oeste.

7.5 Para o combustível, adotou-se consumo médio por categoria, com deslocamento estimado de 80 km/dia, utilizando a fórmula: Quantidade (litros) = (nº de diárias x 80 km) ÷ consumo médio da categoria.

7.6 Os motoristas previstos atendem apenas às situações em que não houver condução por policiais federais, excluindo-se, por exemplo, os veículos blindados.

7.7 Por fim, ressalta-se que todas as estimativas foram elaboradas com base em um cenário preventivo de máxima demanda anual, visando garantir a continuidade operacional da DPP/PF com a necessária flexibilidade contratual e adequação orçamentária. Os quantitativos possuem caráter estimativo, podendo ser ajustados conforme a demanda efetiva, nos termos do contrato firmado.

8. Levantamento de Mercado

Panorama do Mercado de Locação de Veículos no Brasil

8.1 O mercado brasileiro de locação de veículos apresenta elevado grau de maturidade, capilaridade e competitividade, constituindo setor econômico consolidado e com ampla capacidade de atendimento a demandas públicas de natureza operacional, administrativa e institucional.

8.2 Dados setoriais recentes indicam que o segmento de locação de veículos manteve trajetória de crescimento consistente. O faturamento bruto do setor atingiu aproximadamente R\$ 52,9 bilhões em 2024, representando crescimento expressivo em relação ao exercício anterior. O país conta com cerca de 31 mil locadoras ativas, com frota superior a 1,6 milhão de automóveis e comerciais leves, além de veículos de outros segmentos, demonstrando elevada disponibilidade de oferta e ampla estrutura empresarial apta à execução de contratos de locação.

8.3 Observa-se, ainda, processo contínuo de modernização da frota, com idade média inferior a dois anos, o que reflete padrão de renovação compatível com exigências de confiabilidade mecânica, segurança veicular e eficiência operacional — aspectos diretamente relacionados à qualidade do serviço a ser contratado.

8.4 O setor também apresenta significativa participação nas aquisições de veículos novos no país, representando parcela relevante dos emplacements nacionais, o que evidencia capacidade de negociação com montadoras, escala operacional e estrutura logística compatíveis com contratos de grande porte e de natureza continuada.

8.5 No que se refere ao perfil de utilização, verifica-se que parcela expressiva da frota locada é destinada a empresas públicas e privadas, além de contratos de mobilidade corporativa e serviços de assinatura, evidenciando que a locação de veículos é modelo amplamente adotado como alternativa à aquisição própria, inclusive em ambientes institucionais e operacionais complexos.

8.6 Relatórios de inteligência de mercado indicam, adicionalmente, tendência de expansão contínua do setor, impulsionada por:

- crescimento da demanda corporativa por soluções de mobilidade;
- substituição de frotas próprias por modelos de locação com serviços agregados;
- busca por previsibilidade de custos e redução de imobilização de capital;
- aumento do turismo interno e da mobilidade intermunicipal e interestadual.

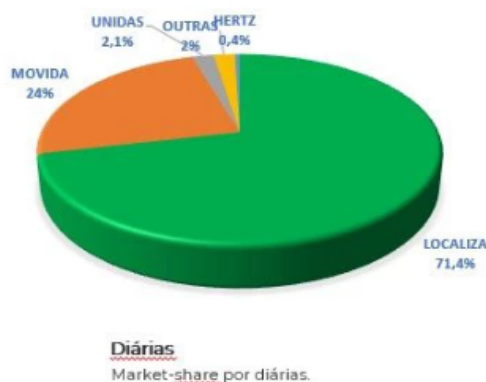
8.7 A terceirização de frotas, por meio de locação com serviços associados, consolida-se como estratégia de conversão de despesas de capital (CAPEX) em despesas operacionais (OPEX), permitindo maior flexibilidade orçamentária e foco institucional nas atividades finalísticas, ao mesmo tempo em que transfere ao contratado os riscos relacionados à depreciação, manutenção, gestão de frota e renovação veicular.

8.8 Do ponto de vista da Administração Pública, esse cenário demonstra que:

- há pluralidade de fornecedores capazes de atender à demanda;
- existe padronização de modelos de negócio, com práticas consolidadas de medição por diária, mensalidade ou quilometragem;
- o mercado oferece soluções compatíveis com exigências técnicas, operacionais e de disponibilidade requeridas pela Polícia Federal;
- a contratação não depende de tecnologia proprietária ou fornecedor exclusivo, caracterizando ambiente competitivo.

MARKET-SHARE LOCAÇÃO NACIONAL

1º. Semestre



8.9 Dados setoriais indicam que o mercado corporativo de locação de veículos apresenta elevada concentração, com predominância de grandes grupos econômicos, notadamente Localiza, Movida e Unidas, que historicamente detêm parcela expressiva do market share. Observa-se, contudo, movimento gradual de ampliação da participação de locadoras de menor porte, que vêm ocupando nichos regionais e operacionais específicos. No contexto das contratações públicas, verifica-se dificuldade recorrente de atrair essas grandes empresas para certames, fenômeno já identificado em exercícios anteriores. Apesar de esforços ativos da Administração — incluindo divulgação ampliada, convites e contatos institucionais — a adesão dessas empresas tem sido limitada. Entre os fatores apontados pelo próprio mercado destacam-se riscos percebidos quanto a prazos de pagamento, rigidez procedimental, exigências administrativas e menor flexibilidade contratual quando comparado ao setor privado. Esse cenário reforça a necessidade de estruturação do certame com regras claras, matriz de riscos adequada, critérios objetivos de medição e segurança jurídica, de modo a ampliar a atratividade da contratação sem comprometer a conformidade normativa.

8.10 Além do crescimento estrutural do setor, observa-se expansão relevante do segmento de **veículos eletrificados (elétricos e híbridos)** no mercado brasileiro de locação. Dados recentes do setor indicam aumento expressivo na incorporação desses veículos às frotas das locadoras, refletindo tendência alinhada à transição energética, às políticas de sustentabilidade corporativa e às exigências ambientais progressivamente adotadas por empresas públicas e privadas.

Veículos eletrificados e viabilidade contratual

8.11 Apesar do avanço observado no segmento de veículos eletrificados (elétricos e híbridos) no mercado de locação, impulsionado por políticas de sustentabilidade, metas ESG e incentivos regulatórios, constata-se que, no cenário atual, a disponibilidade desses modelos ainda é limitada em boa parte do território nacional. Essa limitação é mais acentuada em localidades do interior ou fora dos grandes centros urbanos, onde a infraestrutura de recarga e a oferta de modelos permanecem restritas.

8.12 A exigência de fornecimento obrigatório de veículos elétricos poderia, portanto, restringir de forma significativa a competitividade do certame, afastando potenciais licitantes — especialmente os de médio porte — e elevando os custos para a Administração Pública, dado o menor volume disponível e a necessidade de adaptações logísticas.

8.13 Dessa forma, embora reconhecida como uma tendência positiva e alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável, a previsão obrigatória de veículos eletrificados no escopo da contratação não se mostra, no momento, viável. A inclusão dessa categoria deve ser tratada como facultativa e condicionada à viabilidade logística e operacional de cada missão, de modo a não comprometer a ampla competitividade, a economicidade e a exequibilidade da futura contratação.

Segmentos Relevantes para a Contratação

a) Veículos executivos e blindados

8.14 O segmento de veículos blindados e executivos constitui um nicho especializado no mercado de locação, voltado principalmente para transportes com requisitos de segurança elevados — como deslocamentos de autoridades, chefes de missão e delegações oficiais. A tendência de alta demanda por este segmento é corroborada por levantamentos setoriais que observam crescimento expressivo na

procura por veículos blindados no Brasil. Por exemplo, empresas especializadas como a CS Global registraram aumento de até 30 % na demanda por veículos blindados em períodos recentes, com frotas que incluem sedans executivos e SUVs com blindagem balística categoria III-A, adequada ao transporte de autoridades e público executivo. (Blog das Locadoras de Veículos)

8.15 Adicionalmente, dados da Associação Brasileira de Blindagem (Abrablin) apontam que, apenas no primeiro semestre de 2025, mais de 22 mil veículos foram blindados no Brasil, evidenciando a expansão deste segmento de proteção veicular. (Investing.com Brasil)

b) Frota convencional e executiva não blindada

8.16 Empresas locadoras de grande porte no Brasil, como Localiza, Movida e Unidas, oferecem ampla gama de veículos de passeio, SUVs e frotas executivas voltadas a deslocamentos corporativos, com opções de locação com e sem motorista, seguros e assistências, permitindo composição de contratos compatíveis com as necessidades operacionais da Polícia Federal e de órgãos governamentais. (Wikipedia)

Experiência de Contratação e Práticas de Mercado

8.17 A contratação de serviços de locação de veículos por órgãos públicos e instituições oficiais já é prática consolidada no Brasil. Exemplo recente inclui licitações federais para prestação de serviços de locação de veículos executivos, blindados e com motorista, em processos que contemplam sedans de luxo blindados e vans com motorista, demonstrando a existência de operadores qualificados no mercado em conformidade com exigências de segurança e disponibilidade operacional. (Portal da Câmara dos Deputados)

8.18 Além disso, em outro processo público, empresas se habilitaram para fornecer SUV blindado, viaturas policiais, sedans, vans e veículos comerciais, evidenciando que o mercado dispõe de fornecedores capazes de atender às diversas tipologias de veículos demandadas por órgãos públicos e operações de segurança institucional. (Portal da Câmara dos Deputados)

Comparativo entre Soluções de Mercado

Arranjo de Frota	Pontos Fortes	Desafios / Limitações
Frota própria	Controle direto da frota; independência operacional	Elevado custo de aquisição e manutenção, obsolescência tecnológica, encargos fixos e custos de depreciação; exigência de equipe própria de manutenção
Locação simples (sem motorista)	Flexibilidade de tempo e quantidade; custos variáveis; acesso a frota moderna	Responsabilidade organizacional por motorista e operação; menor controle sobre padrões de segurança de terceiros
Locação com motorista especializado	Fornecimento de serviço completo; altos padrões de segurança; redução de encargos internos	Custo unitário mais elevado por diária; necessidade de coordenação operacional com o provedor
Leasing operacional	Diluição de custos de longo prazo; manutenção e serviços agregados	Menos flexível para demandas pontuais de curta duração

Justificativas Técnicas para a Solução de Locação

8.19 A solução de **locação de veículos com e sem motorista**, especialmente quando integrada com serviços de segurança (motoristas especializados, sistemas de comunicação, rastreamento e blindagem), mostra-se alinhada às necessidades operacionais do órgão, por várias razões:

- Flexibilidade e escopo variável:** Permite dimensionar rapidamente a frota em resposta a eventos extraordinários (ex.: grandes eventos internacionais), campanhas eleitorais, visitas oficiais ou agendas de proteção contínua.
- Mitigação de risco financeiro:** Ao evitar a aquisição direta de ativos de alto custo (especialmente veículos blindados e executivos), preserva limites orçamentários e reduz custos fixos.
- Acesso a tecnologia e renovação de frota:** Fornecedores especializados mantêm frotas atualizadas com modelos modernos, recursos de segurança e conformidade técnica, o que pode ser custoso para órgãos manter em frota própria.
- Conformidade documental e regulatória:** Operadores estabelecidos geralmente já atendem exigências de registro, seguro, inspeções e certificações pertinentes para veículos blindados e serviços de transporte especializado.

Subsidiariedade ao Planejamento de Demanda

8.20 O levantamento de mercado aqui apresentado demonstra que o setor de locação de veículos no Brasil é amplo, diversificado e em expansão, com presença de fornecedores capazes de atender tanto demandas comuns quanto especializadas, inclusive no segmento de veículos blindados e executivos. Esses parâmetros de mercado fundamentam a escolha pela locação contratual como melhor arranjo para atender às demandas de proteção de dignitários e autoridades nacionais e estrangeiras, considerando os requisitos de flexibilidade, custo e segurança operacional.

Fornecedores e Atores do Mercado de Locação de Veículos Executivos e Blindados no Brasil

8.21 Neste estudo, identificou-se que o mercado brasileiro apresenta diversos fornecedores especializados em locação de veículos blindados e executivos, com atuação nacional ou em várias capitais estratégicas do país. Esses fornecedores demonstram capacidade técnica e disponibilidade de frota compatíveis com demandas de segurança institucional, especialmente para proteção de dignitários e autoridades. Abaixo, alguns dos principais atores do setor identificados em levantamento de mercado:

Locadoras de veículos blindados e executivos com atuação nacional ou em grandes capitais

- **SIMICARZ** – Empresa especializada em **locação de veículos blindados de luxo**, com ou sem motorista, incluindo transfer com chauffeur e comitivas com agentes de segurança armados. Atua em diversas cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza, oferecendo frota blindada e serviços executivos de alto padrão.
- **Alugue Um Blindado (Secure Leasing)** – Empresa sediada em São Paulo que oferece locação de veículos blindados (curta e longa duração) com opções de SUVs blindados, vans e executivos, com planos personalizados para empresas e agências.
- **HS Shuttle Service** – Prestadora de serviços de locação de veículos blindados com motorista especializado, com foco em segurança máxima e transporte discreto, operando em São Paulo e outras capitais brasileiras mediante consulta, com frota moderna e blindagem III-A.
- **Clarabia Carros Blindados** – Locadora que oferece veículos executivos blindados com blindagem nível III-A, atendendo clientes que demandam conforto e proteção, com motoristas (bilíngues e treinados) e frota revisada periodicamente.
- **Shelter Blindados** – Empresa especializada em transfers executivos e locação de veículos blindados com atendimento 24 h, incluindo opções de vans blindadas e serviços de recepção e transporte para executivos e autoridades.
- **Locblind** – Fornecedora com mais de 20 anos de atuação no segmento de locação de veículos blindados e transporte executivo, abrangendo serviços de terceirização de frota com foco em conforto e proteção para deslocamentos corporativos, eventos, feiras e convenções.
- **FVB Locadora** – Locadora nacional com capacidade para fornecer veículos básicos, executivos e blindados, inclusive com motoristas credenciados, oferecendo soluções adaptadas para órgãos públicos e privados, com contratos empresariais e atendimento em diferentes regiões do país.
- **RJ Renta Car** – Empresa de locação de veículos blindados sediada no Rio de Janeiro, com frota que inclui SUVs, sedans e vans executivas blindadas, disponível 24 h para serviços de transporte executivo e VIP.
- **Blindaquo** – Locadora especializada no aluguel de carros blindados no Rio de Janeiro, com frota moderna e serviços direcionados ao transporte seguro de clientes VIP, corporativos, autoridades e eventos que exigem discrição e proteção avançada.
- **Shekinah Locação de Veículos** – Empresa que oferece soluções de transportes executivos com veículos blindados e vans, com foco em conforto, confiabilidade e serviços diferenciados para agendas corporativas, diplomáticas e eventos especiais.

Locadoras convencionais com grande presença nacional

8.22 Além das empresas especializadas em veículos blindados e transporte executivo, o mercado brasileiro conta com grandes operadoras de locação de veículos convencionais e executivos amplamente distribuídos no território nacional, com frotas modernas e ampla capilaridade, que podem ser acessadas para atender demandas complementares:

- **Localiza** – Maior locadora de carros da América Latina, com presença em centenas de cidades do Brasil e no exterior, oferecendo desde veículos convencionais até segmentos executivos e soluções de gestão de frotas, sendo um provedor consolidado no mercado de locação veicular.

Referências de Contratos Públicos e Práticas de Mercado

8.23 O levantamento de mercado também indica que locação de veículos, inclusive com motorista e condições específicas de segurança, já vem sendo adotada por órgãos públicos em processos de contratação formal, o que reforça a existência de mercado fornecedor consolidado:

- Contratos públicos registrados no portal de licitações da Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério da Agricultura e Pecuária, contrato anterior da própria Polícia Federal, dentre outros, revelam que empresas já foram habilitadas para prestar serviços de locação de veículos, incluindo SUVs, sedans, vans e veículos blindados com motorista, para atender demandas institucionais.

8.24 Essa disponibilidade de fornecedores especializados e de contratos públicos prévios demonstra claramente que há mercado adequado e competitivo para a solução de locação de veículos executivos e blindados, tanto com motorista quanto sem, atendendo às necessidades de segurança institucional da Polícia Federal e outros órgãos governamentais.

Conclusão do Levantamento de Mercado

1. **Existência de Fornecedores Qualificados:** O mercado brasileiro dispõe de diversas empresas especializadas na locação de veículos blindados e executivos, com presença em capitais e cidades estratégicas, aptas a prestar serviços compatíveis com demandas de segurança de autoridades.
2. **Capacidade de Atendimento Ampliada:** Além das especializadas, grandes locadoras nacionais oferecem frotas executivas amplas e modernas que podem complementar a solução contratual.
3. **Prática Consistente em Órgãos Públicos:** A contratação de locação veicular com motoristas e condições de segurança já está consolidada em soluções de mercado e em práticas de órgãos públicos, demonstrando maturidade técnica do setor.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto da contratação foi estruturado em lotes por regiões geográficas, solução que se mostrou a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e gerencial.

9.2 A decisão decorre da necessidade de conciliar viabilidade de execução pelo mercado com capacidade de gestão pela Administração, considerando que os serviços de locação de veículos destinam-se ao apoio a missões de segurança de autoridades em todo o território nacional, atividade que demanda capilaridade, agilidade logística e conhecimento regional.

9.3 A alternativa de contratação por unidade federativa, embora ampliasse o fracionamento, resultaria na celebração de número excessivo de contratos administrativos para objeto idêntico, o que elevaria de forma desproporcional o ônus de fiscalização, gestão contratual, controle de medições e acompanhamento da execução, comprometendo a eficiência administrativa.

9.4 Por outro lado, a contratação em lote único nacional restringiria a competitividade, concentrando o objeto em grandes operadores, o que poderia afastar empresas com atuação regional qualificada.



9.5 O modelo regional equilibra essas variáveis, permitindo:

- Ampliação da competitividade, ao viabilizar a participação de empresas com atuação regional, sem excluir operadores de maior porte;
- Economia de escala regional, com racionalização de custos operacionais e logísticos;
- Maior eficiência na gestão contratual, com número administrável de contratos e melhor controle da execução;
- Adequação operacional, pois fornecedores regionais tendem a possuir melhor conhecimento das condições locais, malha viária, rede de manutenção e logística de apoio;
- Previsibilidade orçamentária, com organização dos custos por regiões de atuação.

9.6 Destaca-se que esse modelo já foi adotado com êxito em contratação anterior da Polícia Federal (Pregão Eletrônico SRP nº 90.025 /2024/CGAD/DLOG/PF), cuja execução demonstrou ganhos de eficiência administrativa e operacional. Além disso, sistemática semelhante foi utilizada pela Presidência da República, por meio da Secretaria de Administração da Casa Civil, em contratação de objeto de natureza análoga, evidenciando tratar-se de prática administrativa consolidada.

9.7 Dessa forma, o parcelamento em lotes por regiões não representa fracionamento indevido do objeto, mas sim estratégia de modelagem contratual voltada a assegurar competitividade, governabilidade da execução e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 60.000.000,00

10.1 O valor estimado de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para o serviço de locação de veículos em todas as 5 regiões do país é resultado de uma projeção inicial com base nas necessidades previamente identificadas pela Polícia Federal.

10.2 Ressalta-se que esse montante é meramente estimativo e sujeito a ajustes após a conclusão do procedimento de pesquisa de preços, a ser realizado nos moldes da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

10.3 Essa projeção inicial leva em consideração diversos fatores, como a quantidade de veículos necessários em cada região, a duração estimada do contrato, as especificidades das missões a serem realizadas e os custos associados à locação, manutenção e operação dos veículos.

10.4 É importante destacar que o valor estimado da licitação será definido com base em uma pesquisa de mercado detalhada, que incluirá a análise de diferentes fornecedores, suas propostas de preços e os preços praticados em contratações de outros órgãos públicos. Essa pesquisa será realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação vigente, garantindo a obtenção do melhor custo-benefício para a Polícia Federal.

10.5 Portanto, o preço estimado inicialmente serve como uma referência preliminar para o processo de contratação, mas será refinado e ajustado conforme os resultados da pesquisa de preços, assegurando assim uma contratação justa, transparente e alinhada aos interesses da administração pública.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 A presente contratação refere-se à locação de veículos para atender às necessidades da Polícia Federal em suas missões de segurança de autoridades, caracterizando-se como uma contratação autônoma e independente. Sendo assim, não há interdependência direta com outras contratações em andamento ou planejadas pela Polícia Federal ou por órgãos correlatos.

11.2 Portanto, este processo de licitação e contratação será conduzido de forma separada e independente de outros projetos ou atividades em curso, pois a natureza específica e singular dos serviços requeridos não demandam coordenação direta com outras contratações em curso ou futuras.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A presente contratação, referente à locação de veículos para a Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP) da Polícia Federal, demonstra um alinhamento estratégico tanto com as atribuições específicas da DPP quanto com o planejamento global da instituição.

- **Alinhamento com as Atribuições da DPP/PF:** A DPP desempenha um papel crucial na execução e avaliação das atividades de segurança de altas autoridades nacionais e estrangeiras, demandando um corpo de servidores altamente qualificados e especializados. A locação de veículos para a DPP está diretamente relacionada às necessidades logísticas e operacionais dessa diretoria, contribuindo para o suporte logístico necessário às suas atividades de proteção à pessoa.
- **Alinhamento ao Planejamento da Polícia Federal:** A contratação está intrinsecamente vinculada ao planejamento global da Polícia Federal, refletindo o comprometimento da instituição em garantir a excelência na execução de suas funções e a eficácia das operações de segurança. A disponibilidade de uma frota adequada de veículos, adaptados às necessidades específicas da DPP, é fundamental para o sucesso das operações da diretoria e para o cumprimento eficaz de suas atribuições.
- **Ampliação da capacidade logística:** A locação de veículos para a DPP representa um investimento na capacidade logística, garantindo que possua os recursos logísticos necessários para atender com eficiência e eficácia as atribuições de segurança de autoridades. Essa contratação está alinhada ao compromisso da Polícia Federal em fornecer os recursos adequados para a realização das atividades de segurança, contribuindo para êxito das operações da instituição.
- **Modernização e Eficiência:** A atualização da frota de veículos da DPP por meio da locação de veículos promove a modernização contínua da instituição, aumentando sua eficiência operacional e garantindo o cumprimento efetivo de suas responsabilidades institucionais. Essa iniciativa está alinhada ao objetivo da Polícia Federal de adotar práticas e tecnologias modernas para otimizar suas operações e melhorar sua capacidade de resposta a diferentes cenários e situações de segurança.
- **Adaptação às Demandas Emergentes:** O investimento na locação de veículos para a DPP reflete a necessidade da Polícia Federal de adaptar-se continuamente às demandas emergentes, garantindo sua capacidade de resposta a diferentes cenários e situações de segurança. Essa contratação está alinhada à missão da instituição de proteger autoridades nacionais e estrangeiras, contribuindo para a manutenção da ordem pública e da segurança nacional.

12.2 Em resumo, a contratação da locação de veículos para a DPP está alinhada tanto às atribuições específicas da diretoria quanto ao planejamento global da Polícia Federal, promovendo a modernização contínua, a eficiência operacional e o cumprimento efetivo das responsabilidades institucionais.

13. Da planilha de custo e formação de preço

13.1 O presente tópico tem como finalidade fornecer orientações detalhadas sobre a composição da Planilha de Custo e Formação de Preços, a ser utilizada na futura contratação de serviços de locação de veículos pela Polícia Federal. A elaboração desta planilha visa garantir transparência, precisão e justiça nos custos envolvidos na prestação do serviço, bem como oferecer diretrizes claras aos licitantes para o correto preenchimento de suas propostas.

13.2 A planilha de custo compreende diversos elementos, incluindo faixas de diárias, ressarcimento de despesas, diárias dos motoristas e preços do combustível, cada um deles desempenhando um papel crucial na determinação do custo total do contrato. Neste sentido, é fundamental que os licitantes compreendam plenamente cada componente da planilha e sigam as instruções fornecidas para o preenchimento correto, garantindo uma proposta precisa e alinhada às necessidades da Polícia Federal.

Faixas de Diárias:

a) Diárias de uso consecutivo até 6 dias:

- Diária de 24 horas.
- Diária de 10 horas.

b) Diárias de uso consecutivo entre 07 e 14 dias.

c) Diárias de uso consecutivo entre 15 e 29 dias.

d) Diárias de uso consecutivo igual ou superior a 30 dias.

e) Horas-extras, quando necessário.

- Justificativa: A variedade de opções de diárias visa proporcionar **flexibilidade e economia** à Administração, garantindo uma contraprestação proporcional ao uso efetivo dos veículos e um controle eficaz dos gastos.

No Show (cancelamento intempestivo):

13.3 Valor devido em caso de cancelamento sem comunicação prévia à contratada.

- Justificativa: O pagamento é necessário devido aos custos decorrentes da mobilização dos recursos por parte da contratada e às possíveis alterações de última hora na agenda das autoridades.

Ressarcimento de Despesas durante a Locação:

13.4 Ressarcimento de despesas como pedágio, transporte por cegonha, transporte por balsa, etc., mediante apresentação de comprovantes oficiais.

- **Combustível:** O valor será padronizado pela Administração na planilha, utilizando como referência os preços médios divulgados pela ANP (mês/UF da prestação). O faturamento será segregado e exigirá documentação fiscal comprobatória (notas, cupons ou relatórios de gestão de frota).
- **Transporte Fluvial (Balsas) e Pedágios:** ressarcimentos de taxas de pedágio e transporte por balsa/fluviál, mediante apresentação de comprovantes oficiais e nota fiscal do prestador. No caso da Região Norte, o ressarcimento de balsas inclui ida e volta, independentemente de cancelamentos posteriores, desde que o embarque tenha ocorrido.
- **Logística Especializada (Cegonhas):** Ressarcimento de transporte de veículos por caminhão-cegonha

Justificativa: Garantir o ressarcimento justo das despesas extras relacionadas à locação dos veículos.

Diárias dos Motoristas:

13.5 Pagamento das diárias dos motoristas apenas para deslocamentos dos veículos de uma localidade para outra, na ida e na volta.

13.6 Frisa-se que o pagamento é devido apenas para as diárias relativas ao deslocamento, de ida e volta, dos veículos até o local de realização das missões de segurança. Nesse sentido, os motoristas não serão utilizados na condução dos veículos durante os eventos e visitas das autoridades, visto que esses veículos serão conduzidos por policiais devidamente habilitados.

- Justificativa: As diárias são pagas para cobrir as despesas de deslocamento dos motoristas responsáveis pelo transporte dos veículos.

Preços do Combustível:

13.7 Preço do combustível constante da planilha será mantido, com base nos preços divulgados pela ANP. Nesse sentido, a empresa não deverá alterar os valores constantes na Planilha de Custo divulgada pela Administração.

- Justificativa: Garantir transparência e padronização nos custos de combustível, evitando variações e assegurando um pagamento justo à contratada.

Planilha para Motorista com Dedicação Exclusiva:

13.8 Para os casos em que o serviço de motorista for contratado por dedicação exclusiva, com jornada de 40 horas semanais, a licitante deverá apresentar uma planilha de custos e formação de preços específica, elaborada estritamente nos moldes dos modelos estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 (ou norma subsequente do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI).

13.9 Esta planilha deverá detalhar todos os componentes que impactam o custo da mão de obra, incluindo:

- Remuneração: Salário base compatível com a categoria e CBO indicado.
- Encargos Sociais e Trabalhistas: Previsão integral de custos para atendimento dos direitos trabalhistas, incluindo férias, 13º salário e encargos previdenciários.
- Insumos de Mão de Obra: Provisão para uniformes e equipamentos de proteção, se necessário.
- Benefícios: Vale-transporte e auxílio-alimentação conforme legislação ou convenção coletiva da categoria.

Justificativa: A exigência de planilha nos moldes da IN de terceirização do MPOG visa garantir a transparência e a exequibilidade da proposta, assegurando que a contratada honrará todas as obrigações trabalhistas e encargos sociais, evitando riscos de responsabilidade subsidiária para a Polícia Federal e garantindo a continuidade operacional do apoio logístico.

Regime Tributário:

13.10 O licitante deve informar seu regime tributário na proposta. Caso informe um percentual menor que o devido, este será mantido por todo o contrato; se maior, o excesso será suprimido unilateralmente para fins de ressarcimento à Administração.

14. Modalidade de licitação

14.1 Considerando que o objeto da presente contratação se enquadra como serviço comum, com especificações padronizáveis e ampla oferta no mercado nacional, cuja execução independe de alta complexidade técnica ou artística, a modalidade de licitação mais adequada é o Pregão Eletrônico, nos termos do inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2 A escolha dessa modalidade justifica-se, ainda, por possibilitar maior competitividade, celeridade processual, transparência, além da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante critérios objetivos de julgamento — menor preço ou maior desconto.

14.3 Ademais, propõe-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos moldes do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista:

- a natureza permanente da demanda no âmbito da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF), decorrente do dever legal e constitucional de garantir a integridade física e moral de autoridades nacionais e estrangeiras sob responsabilidade da Polícia Federal;
- a imprevisibilidade de quantidade, já que, apesar de haver parâmetros históricos de consumo e planejamento prévio, a efetiva demanda está sujeita a variáveis externas como definições políticas, agendas institucionais, eventos de grande porte, visitas emergenciais, entre outros fatores alheios ao controle da Administração.

14.4 Nesse contexto, o uso do SRP mostra-se adequado para proporcionar flexibilidade, otimização logística e eficiência na contratação, permitindo aquisições conforme a real necessidade da Administração, sem desperdício de recursos públicos.

15. Agrupamento de itens

15.1 Considerando que os serviços objeto da contratação serão prestados de forma descentralizada, abrangendo as cinco grandes regiões do país (totalizando as 27 Unidades da Federação), e visam atender às agendas institucionais das autoridades nacionais e estrangeiras sob responsabilidade da Polícia Federal, optou-se pelo agrupamento dos itens com base em critérios geográficos, da seguinte forma:

- Grupo 1 – Região Nordeste
- Grupo 2 – Região Sul
- Grupo 3 – Região Sudeste
- Grupo 4 – Regiões Centro-Oeste e Norte

15.2 Essa estratégia de agrupamento visa otimizar a gestão orçamentária, operacional e contratual da futura contratação, permitindo maior controle por parte das unidades responsáveis pela fiscalização, além de facilitar o planejamento da execução, da alocação de recursos e da descentralização orçamentária.

15.3 A divisão regional se mostra mais eficiente do que a fragmentação por Unidade da Federação, que implicaria na celebração de até 27 contratos distintos, onerando a gestão administrativa e dificultando a uniformidade de execução. A divisão por grupos regionais, portanto, reduz a complexidade da gestão contratual e racionaliza os recursos institucionais envolvidos.

15.4 Ressalta-se que esse modelo já foi empregado com sucesso em licitação anterior da Polícia Federal e em certames promovidos por outros órgãos com necessidades similares, o que reforça sua viabilidade e eficiência.

15.5 Adicionalmente, a união das Regiões Centro-Oeste e Norte em um único grupo (Grupo 4) é justificada pela menor demanda histórica por serviços nessas localidades, sendo a consolidação das quantidades um fator que contribui para tornar o grupo mais atrativo à participação de licitantes, promovendo ganhos de escala e ampliando a competitividade do certame.

16. Regime de Execução

Diante das características do objeto, adota-se como regime de execução contratual a empreitada por preço unitário (EPU), nos termos do art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha se justifica pela inexistência de precisão absoluta quanto aos quantitativos a serem executados, tendo em vista que a demanda pelos serviços depende de variáveis imprevisíveis ou de difícil quantificação prévia, como as agendas das autoridades nacionais e estrangeiras, alterações de itinerários e definição de eventos de última hora. Embora existam parâmetros históricos e estimativas referenciais, a natureza dinâmica e descentralizada do serviço impõe margens de variação relevantes entre a previsão inicial e a execução efetiva.

Nesse contexto, a empreitada por preço unitário mostra-se o regime mais adequado, pois permite a contratação com base em valores fixos por unidade de medida, com pagamento vinculado à medição efetiva dos serviços realizados, conforme aferição pela fiscalização contratual.

Além de proporcionar maior segurança jurídica e transparência, esse regime contribui para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao mitigar riscos excessivos atribuídos ao contratado, o qual será remunerado de forma compatível com o volume efetivo dos serviços executados. Trata-se, portanto, de solução técnica, econômica e juridicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

17. Divulgação da IRP

17.1 Nos termos do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, será realizada a divulgação do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, por meio do Sistema de Registro de Preços Digital e do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com o objetivo de possibilitar a manifestação de interesse de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na futura Ata de Registro de Preços.

17.2 Embora a presente contratação possua características específicas, relacionadas à atividade de segurança de autoridades desempenhada pela Polícia Federal, especialmente no âmbito da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF), optou-se pela divulgação da IRP em observância ao comando normativo do Decreto nº 11.462/2023, garantindo transparência, publicidade e oportunidade de participação de eventuais órgãos interessados.

17.3 Ressalta-se, contudo, que o objeto foi dimensionado com base em necessidades operacionais próprias da Polícia Federal, envolvendo categorias específicas de veículos utilizadas em operações de segurança de autoridades, bem como modelagem de custos e regras operacionais compatíveis com a natureza sensível e imprevisível dessas atividades. Nesse sentido, eventuais manifestações de interesse decorrentes da IRP serão analisadas individualmente pelo órgão gerenciador, devendo os interessados apresentar justificativa técnica que demonstre a compatibilidade de suas necessidades com a modelagem do objeto.

17.4 Tal análise terá por finalidade evitar o desvirtuamento do objeto originalmente planejado, bem como impedir a inclusão de demandas incompatíveis com as características da contratação. Será igualmente considerada a necessidade de preservar a viabilidade operacional do contrato e a competitividade do certame, tendo em vista que o valor estimado da contratação do órgão gerenciador já é elevado e que, historicamente, as licitações desse segmento contam majoritariamente com a participação de empresas de pequeno e médio porte.

17.5 Dessa forma, a eventual consolidação de demandas adicionais na Ata de Registro de Preços ficará condicionada à avaliação técnica do órgão gerenciador quanto à compatibilidade com o objeto, à manutenção da vantajosidade da contratação e à preservação das condições de competitividade do certame.

18. Prazo da Contratação e da ARP

Da Vigência Contratual

18.1 Considerando que a presente contratação refere-se a serviço de natureza continuada, justifica-se a fixação de vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação sucessiva por iguais períodos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 Os serviços de locação de veículos com abrangência nacional se enquadram no conceito de fornecimentos e serviços contínuos, por se tratarem de atividades essenciais e permanentes ao desempenho da função institucional da Polícia Federal, especialmente no tocante à segurança de autoridades de alto escalão, atividades logísticas e operacionais da Diretoria de Proteção à Pessoa – DPP/PF.

18.3 A manutenção contratual ao longo dos exercícios subsequentes estará condicionada à existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e à demonstração da vantajosidade técnica e econômica da continuidade contratual. O modelo adotado favorece o planejamento estratégico de médio e longo prazo, permite maior previsibilidade de custos, evita descontinuidades operacionais e reduz custos administrativos com a repetição de certames.

18.4 A prorrogação anual do contrato permitirá a eventual renegociação de preços e condições, assegurando a vantajosidade para a Administração, nos termos da legislação vigente.

Da Possibilidade de Prorrogação da Ata de Registro de Preços e dos Quantitativos

18.5 A Ata de Registro de Preços a ser eventualmente celebrada terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável uma única vez por igual período, conforme disposto na legislação aplicável. A possibilidade de prorrogação deverá estar expressamente prevista no edital e na própria Ata, conforme exigido pelo §4º do art. 86 do Decreto nº 11.462/2023.

18.6 Além da prorrogação temporal, também se admite a renovação dos quantitativos originalmente registrados, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- Demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados para a Administração;
- Previsão expressa no edital e na Ata, com tratamento do tema na fase de planejamento da contratação;
- Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência da Ata.

18.7 Tal possibilidade encontra respaldo jurídico no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, e configura alternativa eficiente e segura para assegurar a continuidade da prestação dos serviços, a economicidade da contratação e a otimização do processo licitatório, especialmente diante das características estratégicas e de abrangência nacional do objeto licitado.

19. Vedação de consórcios e cooperativas

19.1 Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço comum, padronizável e amplamente disponível no mercado — locação de veículos com suporte logístico associado —, conclui-se que a participação de consórcios revela-se desproporcional à complexidade do objeto. A formação de consórcio não agregaria ganho técnico relevante e, ao contrário, implicaria aumento da complexidade administrativa e contratual, dificultando o gerenciamento da execução, a responsabilização e a fiscalização do contrato, sem benefícios correspondentes à Administração.

19.2 Do mesmo modo, não se permitirá a participação de cooperativas no certame, tendo em vista que a execução contratual exigirá pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica dos profissionais eventualmente envolvidos na operação (como motoristas). Tais características tornam incompatível a forma de organização das cooperativas com o regime de execução pretendido, nos termos da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, que veda sua participação quando a natureza do serviço exigir vínculo de subordinação entre o trabalhador e a contratada.

20. Benefícios a serem alcançados com a contratação

20.1 Os benefícios são:

- **Aumento da Eficiência Operacional:** A disponibilidade de uma frota adequada de veículos contribuirá para a melhoria da eficiência das operações da DPP, permitindo o deslocamento rápido e seguro dos agentes em missões de segurança e proteção.

- **Maior Flexibilidade e Agilidade:** A locação de veículos proporcionará à DPP maior flexibilidade para adaptar sua frota às demandas específicas de cada operação, garantindo a agilidade necessária para responder a situações de emergência ou mudanças imprevistas de agenda.
- **Redução dos Custos de Manutenção:** Ao optar pela locação de veículos em vez de aquisição, a DPP poderá reduzir os custos associados à manutenção, reparos e depreciação dos veículos, transferindo essas responsabilidades para a empresa locadora.
- **Modernização da Frota:** A contratação permitirá à DPP ter acesso a uma frota atualizada de veículos, equipados com tecnologias mais avançadas de segurança e comunicação, contribuindo para a modernização das operações de proteção à pessoa.
- **Minimização dos Riscos de Obsolescência:** A locação de veículos evita o risco de obsolescência dos ativos, uma vez que a empresa locadora é responsável por manter uma frota atualizada e em conformidade com as normas de segurança e regulamentações vigentes.
- **Otimização dos Recursos Financeiros:** A contratação por meio de locação permite à DPP otimizar seus recursos financeiros, direcionando os investimentos para outras áreas prioritárias e reduzindo a necessidade de alocação de capital em ativos de longo prazo.
- **Aumento da Disponibilidade de Recursos:** Com a locação de veículos, a DPP terá acesso a uma maior variedade de modelos e tipos de veículos, adaptados às necessidades específicas de cada missão, aumentando assim a disponibilidade de recursos para atender às demandas operacionais.
- **Garantia de Atendimento às Normas e Regulamentações:** Ao contratar uma empresa especializada em locação de veículos, a DPP terá a garantia de que os veículos fornecidos estão em conformidade com todas as normas e regulamentações de segurança e meio ambiente, minimizando os riscos de não conformidade.

20.2 Esses benefícios destacam a importância e os ganhos que a contratação da locação de veículos trará para as operações da DPP e para o cumprimento eficaz de suas responsabilidades institucionais.

21. Providências a serem Adotadas

21.1 Procedimentos a serem adotados após a finalização da contratação de locação de veículos:

- **Alinhamento com a Contratada:** Realizar reuniões de alinhamento com a empresa contratada para discutir as especificidades e exigências das missões da DPP, garantindo que a prestadora de serviços compreenda totalmente as necessidades operacionais.
- **Definição de Procedimentos Operacionais:** Estabelecer procedimentos operacionais claros e protocolos de comunicação entre a DPP e a contratada para garantir uma coordenação eficaz durante as operações de segurança e proteção.
- **Capacitação dos Servidores:** Promover treinamentos e capacitações específicas para os servidores que utilizarão os veículos locados, fornecendo instruções sobre o uso correto dos equipamentos e tecnologias embarcadas, bem como sobre os protocolos de segurança e emergência.
- **Manutenção Preventiva e Corretiva:** Estabelecer um plano de manutenção preventiva e corretiva dos veículos locados, em conformidade com as recomendações do fabricante e as normas de segurança, garantindo assim a disponibilidade e o bom estado da frota.
- **Monitoramento e Avaliação Contínua:** Implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua do desempenho da contratada, acompanhando indicadores de qualidade, eficiência operacional e satisfação do cliente, e tomando medidas corretivas quando necessário.
- **Gerenciamento de Riscos:** Desenvolver estratégias de gerenciamento de riscos para identificar e mitigar eventuais ameaças à segurança dos veículos, dos servidores e das operações, garantindo a integridade e a continuidade das atividades da DPP.
- **Comunicação e Feedback:** Estabelecer canais de comunicação eficientes entre a DPP e a contratada para fornecer feedback sobre o desempenho dos serviços prestados, promovendo uma cultura de melhoria contínua e excelência operacional.
- **Auditorias e Fiscalização:** Realizar auditorias e fiscalizações periódicas dos serviços prestados pela contratada para verificar o cumprimento dos termos contratuais, garantindo a transparência, a conformidade e a prestação de contas.

21.2 Essas providências garantirão uma gestão eficaz e segura da contratação da locação de veículos pela DPP, assegurando o cumprimento dos objetivos institucionais e a qualidade das operações de segurança e proteção.

22. Possíveis Impactos Ambientais

22.1 A contratação de serviços de locação de veículos envolve impactos ambientais inerentes ao uso de frota automotiva, especialmente no que se refere a emissões atmosféricas, consumo de combustíveis fósseis, geração de resíduos automotivos (óleos, filtros, pneus e embalagens), ruídos e utilização de insumos potencialmente poluentes.

22.2 Em observância ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e às diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal (PLS/PF), a presente contratação incorpora medidas voltadas à mitigação desses impactos, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da responsabilidade ambiental.

a) Emissões atmosféricas e eficiência energética

22.3 Os veículos disponibilizados deverão atender às normas do PROCONVE, observando os padrões vigentes de controle de emissões para veículos leves e pesados. Sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo à competitividade, será priorizada a disponibilização de veículos com melhor desempenho energético, tomando como referência o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular /INMETRO) e a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, privilegiando modelos de maior eficiência.

22.4 Sempre que possível, os veículos leves deverão ser abastecidos com combustíveis renováveis, especialmente etanol, observadas as limitações operacionais, logísticas e de disponibilidade, bem como as peculiaridades de veículos que utilizem exclusivamente diesel por necessidade funcional.

b) Resíduos automotivos

22.5 A contratada deverá assegurar o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados na manutenção dos veículos, em especial:

- recolhimento e destinação correta de óleo lubrificante usado ou contaminado, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e da Resolução CONAMA nº 362/2005;
- destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, conforme Resolução CONAMA nº 416/2009;
- manejo seguro de embalagens, filtros, peças substituídas e demais resíduos automotivos.

c) Uso de recursos naturais e consumo de combustível

22.6 O PLS da Polícia Federal reconhece que a frota institucional possui elevado potencial de impacto ambiental, especialmente em razão do consumo de combustíveis fósseis. Nesse contexto, a locação de veículos mais novos, com melhor tecnologia embarcada e maior eficiência energética, contribui para a redução de consumo e de emissões quando comparada à manutenção de frota própria envelhecida.

d) Logística e operação

22.7 A contratada deverá adotar práticas de logística que reduzam deslocamentos desnecessários, bem como manter rotina de manutenção preventiva adequada, reduzindo falhas mecânicas, vazamentos e emissões excessivas.

e) Compromisso ambiental da contratada

22.8 Será considerada boa prática a adoção, pela contratada, de sistema de gestão ambiental, políticas de sustentabilidade corporativa e capacitação de seus colaboradores quanto a práticas ambientalmente responsáveis.

Conclusão

22.9 Os impactos ambientais associados à locação de veículos são controláveis e mitigáveis, especialmente quando observadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e do Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal, sendo a solução proposta compatível com os objetivos de redução de impactos ambientais, modernização da frota e uso racional de recursos.

23. Enquadramento como atividade de custeio

23.1. A presente contratação enquadra-se como atividade de custeio, nos termos do inciso V do art. 2º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, que estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, relativo aos limites e instâncias de governança para contratação de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

23.2. Com efeito, o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Diretoria de Proteção à Pessoa da Polícia Federal, configurando despesa voltada à manutenção das atividades institucionais do órgão, sem caracterizar investimento ou formação de patrimônio público.

23.3. Trata-se, portanto, de serviço comum de natureza continuada e acessória às atividades finalísticas da Polícia Federal, cuja contratação visa assegurar a adequada execução das missões de proteção de dignitários e autoridades em todo o território nacional, mediante disponibilização de frota adequada às necessidades operacionais da instituição.

23.4. Dessa forma, considerando o valor estimado da contratação, deverão ser observadas as instâncias de governança e os limites estabelecidos na Portaria nº 11.479-DG/PF, de 12 de fevereiro de 2020, que regulamenta, no âmbito da Polícia Federal, a aplicação das disposições do Decreto nº 10.193/2019.

24. Vedação da adesão à ARP

24.1. Considerando as características específicas da presente contratação, **fica vedada a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes**, por razões de ordem técnica, operacional e gerencial, devidamente justificadas neste Estudo Técnico Preliminar.

24.2. O objeto da contratação, embora formalmente classificado como serviço comum, possui elevado grau de especificidade, por estar diretamente vinculado às atividades de segurança de autoridades no âmbito da Polícia Federal, não se limitando à simples locação de veículos. A modelagem contempla categorias específicas de veículos utilizadas em comboios de segurança (cápsula principal, S1, S2 e apoio logístico), bem como regras próprias de mobilização, com prazos exíguos de disponibilização — muitas vezes em poucas horas — em razão da imprevisibilidade das agendas das autoridades protegidas, que podem demandar atuação imediata da Administração.

24.3. Ademais, a estrutura de custos do contrato apresenta complexidade técnica relevante, envolvendo variáveis como “no-show” (cancelamento de pedidos), diárias diferenciadas, horas extras, deslocamentos interestaduais, transporte por balsa ou caminhão-cegonha, além de consumo de combustível baseado em parâmetros operacionais, o que evidencia tratar-se de contratação fortemente customizada à realidade da Diretoria de Proteção à Pessoa – DPP/PF, não sendo comparável a contratações genéricas de locação de veículos realizadas por outros órgãos.

24.4. A eventual adesão de órgãos não participantes poderia desvirtuar a lógica da modelagem adotada, gerando demandas incompatíveis com a estrutura contratada e comprometendo a capacidade operacional da futura contratada, especialmente diante da necessidade de atendimento simultâneo de missões em todo o território nacional, muitas vezes com acionamento em curtíssimo prazo.

24.5. Ressalta-se, ainda, que o valor estimado da contratação já é elevado (R\$ 60.226.888,19), contemplando as necessidades do órgão gerenciador, de modo que eventual ampliação por adesões poderia impactar negativamente a exequibilidade contratual e a capacidade de atendimento do mercado, composto majoritariamente por empresas de pequeno e médio porte, sendo notório, inclusive, o histórico de desinteresse de grandes locadoras em contratações dessa natureza.

24.6. Sob o aspecto gerencial, destaca-se a capacidade operacional limitada do órgão gerenciador para condução e fiscalização de Atas de Registro de Preços de alta complexidade, considerando o volume de atribuições da unidade responsável, o que seria significativamente agravado com a inclusão de múltiplos órgãos aderentes.

24.7. Registra-se, por fim, que a presente contratação possui caráter estratégico, com impacto direto nas atividades de segurança institucional e nas Eleições Gerais de 2026, demandando elevado grau de previsibilidade, controle e segurança operacional, o que reforça a necessidade de manutenção da contratação restrita ao escopo originalmente planejado.

24.8. Dessa forma, a vedação à adesão à Ata de Registro de Preços revela-se medida técnica, proporcional e alinhada ao interesse público, garantindo a adequada execução contratual, a eficiência administrativa e a preservação da segurança institucional.

25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

25.1. Justificativa da Viabilidade

A alternativa levantada mostra-se viável de ser contratada.

26. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUSTOSA AVILA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:49:45.

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 15:34:52.

ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:24:07.